



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTROS DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

FERNANDO SANTOS

A Construção da Identidade e Nacionalidade Brasileira

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2024

FERNANDO SANTOS

A Construção da Identidade e Nacionalidade Brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Federal de Sergipe como requisito para a
obtenção do Título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2024

Dedicatória

Aos professores do curso, que me ajudaram a chegar aqui.
Aos caros amigos Fátima e Geraldo pela paciência nas revisões

Agradecimentos

Meus agradecimentos, principalmente à minha esposa, minha luz inspiradora, aos meus filhos, com quem aprendo muito e àqueles que sempre acreditaram no meu potencial. Aos irmãos, pelo apoio, à irmã pelo estímulo.

Epígrafe

Vamos tateando nas sombras do passado, buscando a luz inspiradora que nos indica o caminho da verdade, para que no presente possamos construir um futuro melhor.

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract	viii
1 - Introdução	09
2 – Desenvolvimento	11
2.1 – As Revoltas Regenciais	12
2.2 – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	18
2.3 – O Romantismo	19
2.4 – Os Militares	20
2.5 – A Imagem da nação	23
3 - Conclusão	24
4 - Bibliografia	25

Resumo

Quando se fala em raízes nacionais, identidade e amor pátrio, as pessoas fazem ligações próprias a estas representações, algumas lembram dos símbolos, outras da história. Este estudo tenta mostrar, através de uma pesquisa bibliográfica, como o uso da violência teve papel relevante na construção da identidade nacional. Durante a Independência, nas Revoltas Regenciais e na Guerra do Paraguai o uso da violência, na repressão aos insurgentes por tropas imperiais e nas lutas da guerra, foi a forma do poder central sair vitorioso, e como estas ações contribuíram para a formação da identidade nacional. Durante a pesquisa foi possível identificar, que todas as insurgências foram duramente reprimidas pelo governo central e os movimentos de repressão levaram tropas de outras regiões aos locais revoltados. É sobre estes deslocamentos e a violência ocorrida que se baseia o estudo tentando demonstrar que estes fatores foram bastante eficazes na disseminação do pensamento de uma unidade nacional. Outros símbolos são citados dentro deste levantamento, porém a maior ênfase foi dada às lutas e conflitos que culminaram dos movimentos políticos do período.

Palavras-chave: Violência e Identidade Brasileira; Nacionalidade e Repressão; Construção da Identidade Brasileira.

Abstract

When talking about national roots, identity and love for the country, people make their own connections to these representations, some remember the symbols, others the history. This study tries to show, through bibliographical research, how the use of violence played a relevant role in the construction of national identity. During Independence, in the Regency Revolts and in the Paraguayan War, the use of violence, in the repression of insurgents by imperial troops and in war struggles, was the way for the central power to emerge victorious, and how these actions contributed to the formation of national identity. During the research it was possible to identify that all insurgencies were harshly repressed by the central government and repression movements took troops from other regions to the revolted places. It is on these displacements and the violence that occurred that the study is based, trying to demonstrate that these factors were quite effective in disseminating the thought of national unity. Other symbols are mentioned within this survey, but the greatest emphasis was given to the struggles and conflicts that culminated in the political movements of the period.

Keywords: Violence and Brazilian Identity; Nationality and Repression; Construction of Brazilian Identity.

1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, tentar mostrar como se inicia a construção da identidade e nacionalidade brasileira. No período histórico estudado, que abrange desde a Revolução do Porto em 1820 ao fim do século XIX, quando houve a Proclamação da República, a violência foi uma das várias causas que levou à união do país. A relevância do tema é que, após duzentos anos, ainda hoje há muita violência no Brasil, decerto que estas origens, marcaram profundamente o povo, pois desde o descobrimento a vida no Brasil, foi de muitas lutas na pacificação dos nativos, na tentativa de criar mão de obra e principalmente com o uso da mão de obra escravizada.

Quando os portugueses com a Revolução do Porto, na tentativa de acabar com o absolutismo, exigiram o retorno do rei D. João VI ao país, junto com ele saíram do Brasil boa parte da corte e quase todo dinheiro, deixando D. Pedro com sérios problemas políticos e financeiros. A Metrópole portuguesa decide retroceder o status do Brasil, ainda vice-reino, como colônia, ordens estas não aceitas por D. Pedro I, o que acarretará a Independência. As lutas iniciadas por este episódio terão reflexos em várias partes do território, criando antagonismos entre portugueses e brasileiros. Houve confrontos em várias províncias, sendo os portugueses e partidários praticamente expulsos do Brasil. Em alguns lugares a luta durou quase um ano, o melhor exemplo é a Bahia, que hoje comemora a Independência no dia dois de julho. Portugueses eram hostilizados, mais por serem parte do antigo Império, partícipes da máquina do estado e comerciantes ricos desejosos do retorno ao antigo estilo de vida, do que por sua origem europeia. Os políticos, a elite do país, buscavam mais seus interesses que os do povo, sendo desta maneira o regionalismo um importante fator de influências. As oligarquias rurais, conservadoras e escravistas não estavam preocupadas com o bem do povo, ou de um pensamento nacional de união que abarcasse toda a nação, o interesse portanto, girava em torno da descentralização do poder, que tornaria possível aos líderes locais, maior autonomia na gerência dos assuntos regionais. Nos movimentos do 7 de abril de 1831, após a noite das garrafadas, quando os portugueses e brasileiros se enfrentaram, já se desenhava o panorama que iria desembocar na abdicação do imperador D. Pedro I. Sociedades secretas e os políticos exaltados que se articulavam para tentar mudar o destino do país, não aceitavam um português no trono brasileiro, houve grandes tumultos promovidos principalmente pelos políticos farroupilhas e militares sublevados.

O que é a nacionalidade brasileira? Um sentimento de pertencimento a um lugar, a um país? Seria a cultura, o povo, a língua? Ou seriam outros signos que deram coerência na

formação da nação brasileira? O que levou e quais símbolos foram importantes para a construção desta identidade brasileira?

As tentativas de constituir e consolidar a identidade brasileira, “brasilidades” nas palavras de Mário de Andrade, estavam ligados à uma necessidade de união, de coesão social, de um Estado que comandasse todo o território nacional, uma máquina administrativa que pudesse dirigir e manter toda a nação, estes foram os primeiros passos para a construção desta identidade. Dentro de um território enorme, algumas características foram importantes nesta composição, como a língua portuguesa falada em todos os rincões, apesar dos regionalismos, as manifestações culturais, músicas e cânticos que também foram símbolos relevantes ao tema, além da religião cristã, que por séculos foi predominante no país, trazida pelos missionários. A mesma foi usada por muitos para tentar apaziguar os indígenas e negros escravizados vindos da África.

Eric Hobsbawm faz uma citação, no seu livro: “Nação e Nacionalidade”, tirada da Enciclopédia Brasileira Mérito,

(a nação é) “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, (subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo) (grifos do autor); o povo de um Estado, excluindo o poder governamental.” (HOBSEAWM, 1991, p. 27).

A grande questão na afirmação, é que foi escrito no final do século XX, e o recorte temporal deste estudo, vai de antes da Independência do Brasil em 1822, até as décadas 1890 -1900, quando se solidifica este sentimento nacional. No tempo histórico, esta definição ainda era muito imprecisa. Desde a Revolução Francesa, um movimento libertário, que mudou totalmente o semblante da política, havia uma busca de coesão sobre o termo nação, alguns defendiam a língua como definidor da nacionalidade, outros a territorialidade. Quem não falasse a língua nativa não seria cidadão daquele estado, quem não fosse nascido no local não pertencia àquele povo. No Brasil, após 1822, não havia “povo”, a maioria da população era preta, não eram cidadãos, eram escravos, os mestiços e os brancos constituíam a sociedade em um grande espaço com poucos habitantes, comparativamente falando, com direito a voto. De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, “...um cálculo global de Haddock Lobo, organizador do censo de 1849, de cada dez habitantes do município, somente quatro eram brancos”, falando especificamente da capital do Império. (ALENCASTRO, 2019 p.30). Há relatos de pessoas que desembarcaram em portos brasileiros e acreditavam terem se desviado da rota e chegado a África.

A violência repressiva do império teve papel relevante na construção da identidade e nacionalidade brasileira!

Tentar mostrar que a violência, que até hoje é muito grande no país, foi a parte significativa da construção da identidade e nacionalidade brasileira no período estudado.

Buscar identificar como a repressão militar aos movimentos libertários na regência e a guerra do Paraguai, contribuíram para a herança violenta do país.

Reconhecer outros símbolos que foram importantes na construção dessa identidade.

Evidenciar que não houve passividade popular durante os movimentos e acontecimentos políticos da época.

Contribuir nos estudos e reflexões sobre os vários aspectos e símbolos que envolvem a formação de nossa identidade neste importante período histórico.

Pesquisas através de bibliografias em livros físicos e virtuais, artigos acadêmicos e sites. Foram muitos livros consultados, como vários artigos, onde procurei a relevância do tema escolhido, as dificuldades encontradas foram a falta de dados, especificamente dos números das tropas que se deslocaram, assim como a quantidade de soldados e civis mortos nesses conflitos. No artigo foi feita uma divisão dos tópicos, também importantes, das outras formas que contribuíram ao tema do estudo; As Revoltas Regenciais, O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, O Romantismo e A Imagem da Nação.

2- DESENVOLVIMENTO:

A História nos faz apreender e entender os sentimentos de amor, orgulho e de pertencimento a um lugar, a um povo, que traz esta vontade de preservar, defender e valorizar as coisas da nossa terra que são as identidades nacionais e a soberania do país chamado muitas vezes de patriotismo. Este sentimento de amor à pátria é uma forma de reconhecimento pelas conquistas e superações alcançadas pelo povo e pelo país, tentando construir um futuro melhor para todos. Não deve ser desvirtuado em um nacionalismo extremado, devendo ser coisa democrática e de inclusão social abrangendo toda a sua população, sem discriminação de qualquer natureza tendo que ser diverso no sentido de abranger a todos, no social e cultural sempre buscando a união. A maioria das escolas brasileiras, ensinam que as mudanças políticas ocorridas em vários períodos da nossa história foram pacíficas, todas resolvidas na caneta, como por exemplo, a abolição dos escravizados, assinada pela Princesa Isabel ou no grito, como a Independência do Brasil por Dom Pedro I. Estes movimentos, descritos como pacíficos, na realidade foram de grande violência, gerada nos confrontos das lutas de independência, nas revoltas regenciais, na Guerra do Paraguai e até na abolição dos escravizados. A violência

sempre se fez presente no imaginário e no plano realista brasileiro, índios domados pela força, negros cativos trazidos de outro continente, brancos em minoria, no quesito etnia, comandando todo o território. O tratamento dispensado, aos de outra cor, era duríssimo, tudo funcionando debaixo da chibata. Está violência vai estar nos movimentos e revoltas ocorridas neste período, tanto dos revoltosos como dos repressores, estas memórias dos tempos das lutas, vão aparecer nas manifestações culturais de cada região. Aquele homem que chega ao século XX, é bem diferente daquele que viu surgir o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, passa de Colônia, por Reinado, para Império e por fim República, de morador das zonas rurais, o brasileiro agora tem uma vida urbana.

“No Brasil, a construção do Estado-Nação necessitou de um período de quase um século: o século XIX. Após a Independência é que se iniciam os processos de formação da identidade nacional e de consolidação do Estado. Durante O Império, o que se viu foram estratégias que buscavam, desde a manutenção da unidade do território, da língua até a implementação da escola pública. As tentativas de construção da nacionalidade, até então, concentravam-se nas mãos de poucos letrados, muitas vezes, ainda no nível da literatura nacional. A consolidação destas e de outras estratégias de afirmação da nacionalidade ocorreu somente com o advento da República em 1889. Esta consolidação não significou, no entanto, a finalização desse processo. Ao contrário, permanece até os dias atuais.” (CARVALHO, 2015.site)

2.1-AS REVOLTAS REGENCIAIS

Nos movimentos do 7 de abril, após a noite das garrafadas, já se desenhava o panorama que iria desembocar na abdicação do imperador D. Pedro I, sociedades secretas se articulavam para tentar mudar o destino do país. Com a abdicação, ficou mais confuso o cenário político, havendo uma luta pela Regência entre liberais exaltados, chamados de farroupilhas e liberais moderados chamados chimangos, e o perigo de uma desagregação nacional. As relações entre Estado e sociedade sonhadas pelos teóricos liberais, pretendiam instaurar uma ordem liberal aos moldes europeu, encontrou uma contradição gritante na sociedade brasileira; a escravidão. Em vez de ampliar o exercício da cidadania, as estruturas provinciais ao ganharem autonomia, passaram a servir às elites regionais em troca de favores e interesses deles. Pelo Ato Adicional de 1834, as províncias tiveram seu poder ampliado, com mais autonomia política e econômica. Seus governadores, nomeados pelo poder central, e às Assembleias Provinciais, eleitas por aqueles que tinham direito ao voto, as elites, criaram um equilíbrio entre as forças locais, pois os nomeados para governador, pelo poder central, era alguém que fizesse oposição ao grupo eleito, desta tensão é que irá surgir a maioria das revoltas do período.

"As rebeliões regenciais foram de diferentes cunhos políticos, algumas queriam a monarquia, outras repúblicas independentes, em comum a todas, as dificuldades

econômicas, instabilidade política e gritantes diferenças sociais. A partir deste quadro não fica difícil entender estas revoltas, que buscavam um bem estar para o seu povo e que todas foram abafadas, dizimadas pela força das armas. Podemos afirmar que uma das causas da criação da nacionalidade brasileira foi a violência, levada a todas as regiões pelas forças, a princípio imperiais.” (SILVA, site).

Várias revoltas de cunho separatista aconteceram em partes distintas do país, as revoltas ocorridas no Norte, a Cabanagem e no Sul, a Farroupilha, são em parte, uma importante referência deste trabalho por serem nos extremos territoriais, que levaram um contingente maior de recursos e homens, assim, como foram mais longevas e sangrentas. Este estudo traz um apanhado das revoltas regenciais mais relevantes com um número de mortos e presos que mostra quão importante foi a violência na manutenção do país unido.

- Cabanada (1832-1835) - Articulada por proprietários de terras a princípio, ganhou apoio de pobres da periferia dos engenhos, índios e escravos fugidos na região entre Pernambuco e Alagoas, que moravam em cabanas, daí o nome, esperavam conseguir terras e liberdade. Foram dispersos com muitos mortos e outros presos.

- Guanaes (1832) -Revolta separatista e republicana na Bahia, nas vilas de Cachoeira e São Félix, foram três dias de confrontos, acabando com seu líder Guanaes Mineiro sendo preso.

- Revolta do Ano da Fumaça (1833) - Foi uma sedição militar, ocorrida em Ouro Preto, pela volta de D. Pedro, com uma disputa entre liberais e conservadores pelo poder a qual durou dois meses após alguns embates com mortes e um sítio à cidade, muitos foram presos.

- Revolta de Carrancas (1833) -Esta rebelião organizada por escravos numa fazenda no sul de Minas Gerais, terras de grandes latifundiários, os Junqueira, onde os revoltosos após matarem alguns membros desta família e ocuparem duas fazendas foram recapturados e alguns, inclusive seu líder, mortos.

- A Rusga (1834) -Num embate entre liberais e conservadores, em Cuiabá, na província do Mato Grosso, tentaram tirar o poder dos portugueses, que tinham o monopólio do comércio, quase cinquenta pessoas foram mortas, a maioria portuguesa, com a ação do governo foi debelada e seus líderes presos.

- Revolta dos Malês (1835) - Esta pode ser considerada a maior revolta negra, no período, da história brasileira, iniciada por negros livres, adeptos do Islamismo, reuniram cerca de seiscentos escravizados e marcharam por Salvador reivindicando o fim da escravidão e liberdade religiosa, durou um dia e teve uma centena de mortos.

- Sabinada (1837-1838)-Esta insurreição ocorrida na Bahia, seu líder o médico Francisco Sabino, pregava criar uma república baiana contra o governo regencial transitória, até o novo imperador assumir o poder, os motivos seriam a insatisfação da classe média por problemas

econômicos, advindas do enfraquecimento da economia açucareira, revolta dos militares de baixas patentes e a não aceitação às convocações para lutar na guerra dos Farrapos, esta revolta deixou um saldo de dois mil mortos e três mil presos. Sabino foi condenado à morte, sendo depois exilado para Goiás.

- Balaiada (1838-1841) -Revolta de origem popular, iniciada por vaqueiros, negros quilombolas, foi apoiada por políticos liberais em confronto aos conservadores, que mantinham o poder, no Maranhão. Reivindicavam melhores condições de vida para negros e mestiços maioria da população, pois sofriam com os desmandos do governo provincial, depois de tomarem algumas cidades, e serem abandonados pelas elites liberais foram reprimidos por tropas do império comandadas pelo Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. Nos embates seus líderes foram mortos, no final mais de doze mil pessoas morreram em combates.

“Revoltas Regenciais impulsionaram pacto das elites pela manutenção da escravidão no Império” Esta frase é da historiadora Keila Grinberg, numa entrevista ao portal Agenda Bonifácio

Negros e indígenas foram excluídos de todos os processos políticos, com algumas pequenas participações em movimentos revoltosos, mas sempre relegados a segundo plano, muitas vezes usados como “bucha de canhão” pelos líderes. Este movimento de busca de uma identidade vai iniciar após a Independência, quando o país separado de Portugal, começa a ter os primeiros embates entre nativos e estrangeiros. A exceção foi a revolta dos Malês originada e conduzida pelos escravizados muçulmanos na Bahia, que buscavam a sua liberdade de culto.

Nos extremos da nação, este sentimento de autonomia ficava mais forte ainda. No Sul, a fronteira com os “orientais” era muito mais perto do que a sede do poder no Rio de Janeiro, ao norte no Grão-Pará, o contato com a Europa e Estados Unidos era mais rápido do que com a corte, todos se sentiam abandonados pelo Poder central. Nas duas províncias havia problemas parecidos, de desmandos dos governadores, cobrança excessiva de impostos e antigos atritos entre os políticos locais. Outra questão, mais abrangente ao povo, era o recrutamento de homens para servirem na Guarda Nacional, estes homens eram arrancados de suas famílias, recebiam, quando recebiam, um soldo que mal permitia sobreviver, muitos escolhiam se aliar a um chefe local conhecido, eram os apadrinhados, para terem algum tipo de assistência para as suas famílias Na fronteira sul, as invasões promovidas pelo Império brasileiro, ainda durante o reinado de D. João VI foram importantes para a ocupação da fronteira, encorajaram os estancieiros a ocuparem as terras, criando assim um direito reivindicatório, e também possibilitando um controle da população errante, que transitava nos dois lados da fronteira.

Estes novos ocupantes, eram na maioria milicianos, que faziam parte do exército português. A guerra da Cisplatina (1825-1828) que tornou a província Cisplatina, mais tarde no Uruguai, foi uma tentativa de manter a província ligada ao Império.

"Por volta do século XVIII, o território que hoje pertence ao estado do Pará fazia parte de duas capitanias: a do Grão-Pará e a do Maranhão. Nesse período, já existiam na região lavouras de café, cacau, cana-de-açúcar, arroz e tabaco, assim como existiam várias fazendas de gado. Um salto no desenvolvimento da região ocorreu com a política do Marquês de Pombal, que demonstrava interesse quase que pessoal pelo território. Além de nomear parentes (irmão, sobrinho, entre outros) para cargos na região, investiu na colonização da região, trazendo milhares de famílias, muitas nobres, da África e do arquipélago dos Açores. Levou para a região diversos profissionais, como cientistas, arquitetos, engenheiros etc. Belém tornou-se um centro urbano já no início do século XIX. "(SANTIAGO/Brasil Escola)

Em 1823 o Brasil resolveu anexar a colônia do Grão-Pará, e não seria de outra forma senão pelas armas, D. Pedro I envia um comandante inglês, John Grenfell, com um documento, que propunha a união ao Império, aos governantes e afirmava haver uma esquadra posicionada nas imediações e pronta a bombardear a capital Belém em caso de recusa; foi assinado por 107 autoridades no Palácio Lauro Sodré, sede da Colônia Portuguesa do Grão-Pará, aceitando a separação do Reino de Portugal. Alguns historiadores dizem ter sido um blefe, que não havia uma esquadra como dizia o inglês.

"É um momento especial de formação de uma identidade local. O que nasceu mais rápido foi um sentimento de pertencimento ao Pará. A adesão do Pará e a dos paraenses à causa brasileira em 15 de agosto de 1823 foi o primeiro passo para a formação de uma identidade patriótica maior, porém esse processo identitário foi longo e cheio de reveses."(RICCI.2016. artigo)

Com a anexação da colônia ao Brasil, o governo central brasileiro deu prioridade aos europeus e partidários destes para continuarem no poder na província, o que ocasionou um período de turbulências entre 1824 e 1831 com grandes repressões armadas e violentas das tropas oficiais. Destes embates resultará na maior revolta popular do período regencial, devido ao descontentamento da população, em sua maioria escravos negros, índios e caboclos, que viviam das lavouras, pagavam impostos e dízimos, além de serem obrigados a entregarem seus filhos ao alistamento militar. Como recebiam muito pouco pelos seus produtos nas cidades, muitos preferiram fugir para quilombos e mocambos, onde mesmo no interior, eram perseguidos por expedições armadas. Essa massa popular vai se unir a fazendeiros nativos e a grupos revoltosos das cidades para atacar com mais eficiência o monopólio do comércio estrangeiro, que eram os portugueses, ingleses e franceses.

Por se alinhar entre os rebeldes, buscando mais liberdade para o seu povo, desde o tempo da independência do Brasil, o cônego Batista Campos conquistou vários inimigos, um deles, foi o governador da província (1833-35), Bernardo Lobo de Souza, indicado pela Coroa, que se mostrava, de uma autoridade extremamente prepotente, cujas atitudes ele combatia destemidamente, fato porque teve de viver parte de sua vida pelo interior fugindo das ameaças sofridas. Defensor da independência, o cônego mesmo conhecendo o risco de perseguição que poderia sofrer, ele o fez, afinal de contas, era em que se concentrava toda a sua atenção. Seu discurso, conseqüentemente, tendia a expressar esse sonho cabano, sempre defendido por ele, mesmo que tivesse implicações drásticas como prisão, ameaças, perseguição e tudo mais que sofreu, sucumbindo durante o movimento no interior da província. Após a morte de Batista Campos, outros chefes cabanos seguiram a luta, como Malcher, os irmãos Vinagre e Eduardo Angelim, jovem seringueiro cearense, que tomam a capital Belém e assumem o governo da província. O governo imperial responde com várias excursões, algumas infrutíferas, outras de grande mortandade. Foram 5 anos de lutas e mortes na província do Pará, a anistia concedida aos revoltosos em 1840, acabou com a luta, deixando um saldo de 30.000 mortos.

"O destaque à Cabanagem segundo o viés histórico possibilitou-nos algumas importantes observações a seu respeito. Em primeiro lugar, conscientizarmo-nos da complexidade e da importância que ela teve para a história da Amazônia e mesmo do Brasil, pois demonstrou o vigor da população em se defender dos projetos, principalmente militares, que se lhes tentava impor a todo custo." (LANKFORD,artigo)

Esta revolta mostra algo novo no contexto de lideranças, quando as elites são retiradas do controle, que passa a ser exercido por homens do povo. A falta de um ideário comum a todos envolvidos, como um plano de governo definido e mudanças estruturais em relação à vida dos cidadãos, culminou com sua derrota.

D. Pedro I, nomeia o Marquês de Barbacena, que havia atuado no reconhecimento da independência junto aos ingleses, como líder da campanha na chamada Guerra da Cisplatina que resultaria num grande fracasso. As atitudes do poder central deixaram um descontentamento geral dos estancieiros locais, que foram tratados como subalternos, apesar de terem um grande conhecimento do terreno e das lutas, eles reivindicavam maior autoridade por já terem prestado serviços ao Império. Havia problemas com as tarifas referentes ao charque, maior produto da província sulista que abastecia as províncias do centro, e sofria com a concorrência do produto estrangeiro. Houve um aumento de imposto sobre o sal e a proibição do transporte do gado latino para solo brasileiro. Os estancieiros também tiveram suas

aspirações políticas cerceadas, quando afastados do centro do poder, acabou criando um desequilíbrio que levou as primeiras revoltas contra o governo central. As nomeações dos administradores de outros lugares para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que não possuíam estofo político para governarem um lugar em que as proeminências locais se faziam mais presentes e atuantes, acabaram levando à ruptura com o Império.

“No Rio Grande do Sul, a eleição dos cidadãos que comporiam o Legislativo ocorreu no dia 7 de abril de 1835 e foi formada em sua maioria por pessoas ligadas ao partido liberal, do qual viriam os principais chefes farroupilhas do movimento que estava para se iniciar. (LEITMAN, 1979, p.03)

A Guerra dos Farrapos não foi uma guerra da população rio-grandense contra o Império brasileiro, mas sim, de uma parte dos chefes militares ou paramilitares contra outros chefes sul-rio grandenses, que continuaram a defender o governo imperial e foram auxiliados, principalmente a partir de 1842, com levas de soldados trazidas de outros cantos do Brasil, liderados por Caxias, uma vez que nesta época estavam erradicadas as rebeliões que agitaram outros confins do Império estas sim, muitas vezes com caráter popular. Apesar de longa duração, cerca de dez anos, a mortalidade não foram de grandes números, cerca de três mil, mas a guerra abrangeu um território bastante significativo, chegando até Santa Catarina. Atuaram nesta guerra brasileiros, brancos, negros e índios, pelos farroupilhas também lutaram italianos como Giuseppe Garibaldi sendo o mais famoso. A atuação de Caxias, tanto como comandante das tropas imperiais, como articulador da paz foi fundamental para o fim da guerra. Após acordos com David Canabarro, caudilho no comando dos farroupilhas, para a pacificação da província faltava resolver um problema; os escravos que lutaram pela alforria ao lado dos farrapos não aceitariam voltar a ser cativos. Aconteceu um episódio chamado a traição de Porongo, quando os lanceiros negros foram desarmados e deixados à mercê das tropas imperiais.

"Caxias confiava no poder do ouro. Com poderes ilimitados e verbas consideráveis para sobrepor-se aos "obstáculos pecuniários" que surgissem ao negociar com os líderes farrapos, ele tentou um acordo com David Canabarro, o principal general farrapo, para terminar a guerra. De comum acordo decidiram destruir parte do exército de Canabarro, exatamente seus contingentes negros, numa batalha pré-arranjada, conhecida como a "Surpresa dos Porongos", em 14 de novembro de 1844.

Em suas instruções secretas para o comandante legalista da operação Caxias orientou-o no sentido de "poupar sangue brasileiro o mais possível, particularmente de homens brancos da província, ou índios, pois você bem sabe que essas pobres criaturas ainda nos podem ser úteis no futuro." (LEITMAN, 1979. p.32).

O texto mostra o pensamento do Império, aqui representado pelo herói Caxias, em relação a qualquer quebra da política dos escravocratas, que dependiam da produção, gerada pelos cativos.

"O combate de Porongos, que mais foi uma matança de um só lado do que peleja, dispersou a principal força republicana, e manifestou estar morta a rebelião"(ARARIPE,1881.p 203)

2.2-INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 foi uma tentativa do estado de começar a pensar nesta terra como nação brasileira, financiado pelo Estado com claras definições de como deveria agir e pensar ao criar uma imagem de nação temente a Deus, exaltando o papel centralizador do poder e demarcando fronteiras de interesses econômicos. Seria usado durante anos como um compêndio das obras escritas, de acordo com suas ideologias, tanto do seu núcleo central, como dos institutos, que eram encorajados a serem criados nas províncias, para exercerem este papel de propagador dos ideais da nação, com várias referências às antigas academias iluministas europeias. Abordavam a questão indígena como substituta à mão de obra escravizada negra, nos moldes jesuítas, onde o ensino da religião seria a melhor maneira de civilizá-los assim como criarem uma dependência aos produtos dos brancos como forma de atraí-los e começar a mudar seus modos de vida. Todo material produzido no IHGB trazia uma marca ideológica de exaltação ao modelo monárquico central e demonizava o pensamento republicano, dizendo serem modas passageiras de pessoas insanas. Suas publicações, sempre voltadas para a exaltação dos feitos dos brancos europeus em detrimento ao outro representado aqui por pessoas de cor ou indígenas, eram escritas pelos letrados das Academias para os leitores da sua própria classe.

"Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do 'outro', cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção." (SALGADO.1988, p.07)

Pode-se notar o caminho do IHGB como continuísta da formação portuguesa e europeia, ao exaltar a história nacional como delineadora dos caminhos a serem seguidos na construção desta identidade brasileira, apoiada no tripé, monarquista, branco e cristão, em que devem

balizar os estudos sobre o Brasil. Com financiamentos na sua maior parte por conta da coroa, estes estudos foram usados para dar mais ênfase ao trabalho dos escritores que;

“Utilizando-se categorias próprias da história iluminista, vai-se tentar dar conta da especificidade nacional brasileira em termos da sua identidade e do papel que lhe caberá no conjunto de Nações.”(SALGADO.1988, p.15).

Como podemos ver, esta elite letrada, coloca a história como algo que precisa, “ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor a pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.” (SALGADO.1988,p.17). Esta citação o autor refere-se a um artigo de Von Martius, historiador alemão que participou de expedições pelo interior do Brasil, décadas antes e posteriormente foi premiado pelo IHGB, suas ideias eurocentristas foram utilizadas por muitos historiadores e escritores do século XIX, entre eles Francisco Varnhagen, autor do livro, História Nacional, em que busca fontes primárias para basear suas teses, dando predominância aos feitos heroicos dos brancos em detrimento aos índios e negros.

2.3- O ROMANTISMO

O movimento literário, com várias tendências e abordagens, foi antagonista desta linha de pensamento do IHGB, em que somente os europeus eram protagonistas, os escritores do movimento, nos meados do século XIX, conhecido como Romantismo que, através da literatura tentaram dar um tom mais parecido com as características daquele Brasil que se transformava à época.

" O período de 1836 a 1870 revela o despertar da consciência nacional quanto às manifestações estéticas do país. Quatro rumos se ostentam neste broto romântico. Gonçalves de Magalhães, mais tarde visconde do Araguaia, chega em frente com sua inspiração fundamentalmente religiosa. Em seguida, Gonçalves Dias, inspirando-se diretamente na Natureza, se revela o intérprete sincero e definitivo do ambiente brasileiro, sob o influxo forte de convicções panteístas. Alvares de Azevedo mostra-se chefe de uma escola peculiar, a da dúvida irônica e dolorosa. Castro Alves, poeta social por excelência, vibrando de emoção, cheio de pensamentos e de nobre entusiasmo, revoltado eterno contra todas as injustiças sociais, impõe-se como um paladino da liberdade e das generosas iniciativas, um rebelde contra os preconceitos."(CALÓGERAS,1980. p.206) 012

Eles exaltavam os feitos dos índios, dos moradores das fazendas e até dos negros escravizados onde buscavam denunciar as agruras sofridas pelos mesmos, as perseguições e seus modos de vida, que se misturam com a história do país. José de Alencar, em seus dois livros mais conhecidos, O Guarani e Iracema, fala sobre os índios e sua interação com o mundo dos brancos, Joaquim Manuel de Macedo com A Moreninha, narra a vida urbana e o amor como tema principal. Quase no fim do século, aparecem livros, folhetins e contos a respeito da escravidão e da luta pelo seu término, entre eles os sergipanos;

Tobias Barreto, A Escravidão (1868), Sílvio Romero, Cantos Populares do Brasil (1883) e outros abolicionistas como Joaquim Nabuco, Abolicionista (1883), e Castro Alves, O Navio Negreiro (1868). Neste período os autores retratam tanto o modo de vida da população, como mostram as paisagens brasileiras exaltando suas belezas, singularidades e costumes. Machado de Assis referiu-se em 1873 à existência na literatura brasileira de “instintos nacionalistas”. Tal instinto manifestava-se, segundo ele, sem dúvida, na temática brasileira, como o indigenismo e a cor local. Mas revelava-se ainda mais naquilo que era mais importante num escritor, “certo sentimento íntimo, que o torna homem do seu tempo e do seu país. (CARVALHO 2019. p 34)

"Ia-se fazendo sentir funda mudança em nossas cogitações literárias: estas se nacionalizavam. Diminuía cada vez mais o influxo dos mitos latinos ou gregos, os exemplos dos tempos clássicos Escolhiam-se modelos na mesma vida de nossa terra. Mostrava-se talvez algo atrasada quanto ao sentir geral pelo Ocidente inteiro. No Brasil, a linguagem estrangeira dominante era o francês, e, através desse canal, falava a afinidade de raça, de conceitos estéticos e de autores."(CALÒGERAS,1980.p.207)

2.4- OS MILITARES

O exército que chegou de Portugal, com D. João VI era formado majoritariamente por nobres, aristocratas e fidalgos que alcançam altos postos pela influência das famílias, as classes mais baixas não tinham acesso aos mesmos postos, mesmo com serviços prestados. No Brasil perpetuam estas regalias, trocando os nobres pelos filhos dos senhores das terras, grandes fazendeiros e latifundiários, este cenário se mantém até meados do século XIX, quando deixa de ser atraente para esta elite alcançar o oficialato, sendo mais vantajoso virar comerciante, advogados ou assumir cargos burocráticos no governo. Primeiro muitos portugueses retornaram à terra natal, junto ao rei quando o regresso dele, outros que permaneceram começaram a ser deixados de lado pelos governantes ou foram expurgados. Após a saída de D. João o país ficou sem forças armadas e sem recursos.

Pedro I para expulsar os portugueses das províncias do Norte, buscou os serviços dos estrangeiros, durante as revoltas foram usados muitos mercenários; alemães, irlandeses, franceses e ingleses na sua maioria, como Cochrane, John Grenfell e Labatut, porém com a falta de resultados e a facilidade de mudança de lados, foram sistematicamente sendo deixados de lado. O ponto final na utilização destes mercenários foi quando após desbaratar uma rebelião no Pará, e outra em Pernambuco, ele teve que lidar com a revolta Cisplatina, contra Uruguai e Argentina, onde os estrangeiros se amotinaram por falta de pagamentos e acabaram derrotados por tropas formadas por escravizados e com muitas mortes, e muitos foram repatriados.

Nos episódios do 7 de abril, John Armitage, (História do Brasil), citado por Sérgio Buarque de Holanda diz que os oficiais de artilharia estavam entre os mais hostis ao monarca, por serem os mais instruídos do corpo de oficiais daquele tempo. (HOLANDA, 1978. IV p. 243).

Depois deste ocorrido, os liberais, agora no poder, temendo o uso do exército para a supressão das liberdades provinciais, criam a Guarda Nacional, inspirado nas forças francesas do mesmo nome, que deveria ser uma organização composta pela classe média destinada a manter a ordem.

"Seus membros eram todos os cidadãos com direito a voto e assim obteriam a dispensa de servir ao Exército, no entanto, não recebiam pagamento e eram responsáveis pelo próprio uniforme. O governo seguia ao Juiz de Direito, ao presidente de província, e finalmente, ao Ministro da Justiça. A maior patente que um civil poderia alcançar era a de Coronel e o título ficou reservado aos grandes proprietários de cada região. Desta maneira, a Guarda Nacional vai gerar o fenômeno do "coronelismo" que tanto marcará a política brasileira. Para o Exército, a criação da Guarda Nacional foi vista como desastrosa, pois o efetivo das tropas foi cortado em um terço no Rio de Janeiro e assim, a Força Armada diminuiu de importância." (BEZERRA, 2024. site)

Desviando do seu objetivo, a Guarda Nacional, será usado pelos chefes, neste caso os juízes de paz, na perseguição aos seus desafetos políticos. Já quanto ao exército, seus efetivos foram reduzidos, os revoltosos mandados para províncias distantes, houve uma considerável baixa nos efetivos, segundo Holanda (HOLANDA 1978, IV p 244), "os regentes liberais (1831-1837) reduziram o poderio constante de folha do exército a 6000 homens." Com a revolta Farroupilha, houve um grande desgaste da Guarda Nacional e do governo liberal do regente Feijó que dois anos depois foi substituído pelo conservador Araújo Lima, o exército ganha relevância com o aumento de tropas obtido por ele, 15.000 homens como efetivos e 18.000 em tempos de guerra. Resultados não tardam, no Maranhão em 1840, Luís Alves de Lima comanda o exército que domina os revoltosos da Balaiada, após este feito, acompanhado de alguns grupos leais da Guarda Nacional, debelam revoltas em Minas e São Paulo (1842), de lá parte para o sul, onde consegue acabar a Guerra dos Farrapos (1845). Ainda nesta década, atuam na Praieira, em Pernambuco (1849), há um pequeno intervalo de tempo até voltar, o exército, ao campo de batalha, na Guerra do Paraguai. Com a estabilidade econômica, gerada pelo café, começa uma nova estruturação da carreira dos oficiais, dando prioridades aos portadores de diplomas da Academia Militar, especialmente nas áreas técnicas. Vários cursos militares são abertos em muitas cidades.

"Por volta de 1854, muitos dos jovens oficiais já estavam amargurados contra a elite imperial. Pouco haveria de acontecer em suas carreiras e que pudesse levá-los a uma reconciliação com os políticos..." (HOLANDA, 1992 .p 248)

No segundo Reinado, outro marco importante na construção identitária do Brasil, foi a Guerra do Paraguai, que levou a uma grande afluência de soldados de todo o país. Abordando este tema, temos que ver como se estruturava esta instituição, o exército, que foi um grande influenciador e mantenedor da construção da nação brasileira. Esta guerra que levou a uma grande arregimentação de tropas, será interessante ver as origens destas tropas. Dos pormenores desta guerra, o foco será no movimento e no provimento de homens para as batalhas, tropas de vários lugares do império que lutaram lado a lado.

"Os cidadãos do império dispunham de diversas formas de se esquivarem da convocação. Os mais aquinhoados, utilizavam-se de doações de recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários para lutarem em seu lugar; os que podiam menos, faziam oferecimento de familiares, ou seja, alistavam seus parentes, filhos, sobrinhos, agregados etc. Aos despossuídos não restava outro recurso para escapar ao alistamento que a fuga para o mato. A população do corte e das províncias rebelavam-se contra as autoridades recrutadoras, os delegados de polícia e seus prepostos, que "iam caçar o caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes" (Salles, 1990.p.102)..

Esta guerra poderia ser considerada o “melting pot” brasileiro, um caldeirão de pessoas diferentes misturadas, muitas à força, de vários recantos do país, trazendo na bagagem toda sua cultura e costumes regionais e sendo tratado como gado; “em magotes.”

"A guerra obrigou a uma reconsideração do tempo e do espaço. Grandes deslocamentos de tropas avultadas, toda a estratégia de ataques e retiradas, a guerra fluvial, abriram nova página da polemologia latino-americana. O reforço da ideia de Estado-Nação abre caminho para uma nova concepção do papel das forças armadas na vida nacional. A criação da Escola Superior de Guerra, pelo tenente-general Luís Maria Campos, é um dos frutos; a disseminação das teorias positivistas, que colaboraram na destruição do sistema escravagista, é outro."(MOTA, 2005. site)

Após a guerra, o exército passa a ser relegado, deu-se mais prioridade aos assuntos acadêmicos na formação de intelectuais e técnicos do que a modernização da força militar. A classe política, a igreja e militares desgostosos com os rumos do governo e com a doença de D. Pedro, decidem pelo fim da monarquia, não queriam que a princesa Isabel assumisse o trono, devido ao seu marido o Conde d’Eu, francês de uma personalidade muito discutível. Quando morrem os patronos Osório e Caxias, ficando a liderança da instituição a cargo de indivíduos de menor porte, o Positivismo ganha força entre os militares, alguns mesmos sendo monarquistas flertam com os novos ares republicanos. Com a abolição dos escravizados, os

fazendeiros revoltados e a classe militar decretam o fim da monarquia no Brasil, com a Proclamação da República. Deodoro e Floriano Peixoto assumem como representantes da classe militar, o primeiro leal ao imperador e o outro um republicano com uma visão diferente, em que se baseava, à revelia das forças economicamente dominantes, de um governo centralizado apoiado pelo exército. Deodoro assumiu a presidência, com Floriano de vice, seus governos foram chamados de República da Espada. Deodoro ficou pouco mais de 2 anos no poder durante uma crise, renunciou em favor do vice. O novo presidente Floriano enfrentou uma revolução federalista, entre estancieiros da fronteira com o Uruguai contra os republicanos, e uma revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, as duas se juntaram e apenas são vencidas no primeiro governo civil de Prudente de Moraes. Esses episódios vão ser lembrados como "gravata vermelha" pela degola dos prisioneiros, que mesmo rendidos foram massacrados sem piedade por ambos os lados da luta. Já no final do século ocorre o fenômeno de Canudos, na Bahia, quando seguidores do beato Antônio Conselheiro, afrontam os latifundiários e vencem os exércitos mandados para enfrentá-los, muitos dos soldados que combateram no sul são mandados para o sertão. No final das lutas toda a população é passada no fio da espada, um enorme massacre, estima-se a morte de 20 mil sertanejos.

"Exércitos são o produto das sociedades por eles servidas. Enquanto o Brasil transformava-se, de sonolenta colônia em 1822, em uma sociedade em vias de modernização e urbanização com a queda do Império, também o exército passava, de uma organização aristocrática, não educada e não profissionalizada, a uma força educada e dotada de vigoroso sentido de solidariedade institucional."(HOLANDA,1992. p.235.)

2.5- A IMAGEM DA NAÇÃO

No imaginário da nação, nas suas representações dos feitos grandiosos dos homens brasileiros, são símbolos que foram cultuados, entre eles, talvez o mais marcante, D. Pedro II.

"Imperador e Império tiveram a sua imagem desenhada pela pena aguçada e perspicaz dos viajantes e de seus "riscadores" (desenhistas), pelos pintores e retratistas e fotógrafos que por aqui transitaram. Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem.."(MAUAD p 184).

Através destas pinturas e mais tarde as fotografias, criava-se a imagem do Imperador, que representando o povo, seria visto e copiado como; homem, branco, culto e religioso, algo a ser alcançado, um modelo ideal. Sua imagem sempre trabalhada, aquele homem bem trajado com seus cabelos brancos, adquire uma aura, compatível com o trono, algo elevado enquanto o olhar atento destes viajantes destaca as belezas naturais, os prédios imponentes e em muitas obras, escondidos nas esquinas, o povo. “Filósofo, possuía as mais altas virtudes cívicas; sinceramente patriótico, dedicava todo seu tempo ao país, mas em grau muito menor cuidava dos indivíduos” (CALÓGERAS, 1980. p. 240). Era tão querido pelo povo que os que tomaram o poder, derrubando a monarquia, resolveram exilar a Família Real o mais rápido que puderam, com medo de uma manifestação popular a favor do imperador.

3-CONCLUSÃO

Em um país de tamanho continental, cercado por países de colonização europeia, na sua maioria repúblicas já independentes da metrópole espanhola, manter essa estrutura foi um tanto custoso para o Império brasileiro, única monarquia das Américas. Aconteciam revoltas em várias províncias, sendo elas um empecilho à integridade territorial. Foram formadas forças militares para garantir a ordem e o predomínio dos latifundiários e senhores de escravos, forças estas compreendidas por milícias, recrutadas entre a população. Na repressão a estas revoltas eram geralmente usadas tropas de outras províncias, evitando uma mudança de lado pelos soldados, que muitas vezes eram apadrinhados pelos líderes locais. O uso da violência na resolução de conflitos foi uma política comumente empregada pelo poder central em todos os movimentos libertários ou de independência nas províncias. Pelos estudos feitos durante essa pesquisa podemos concluir que a violência então seria uma das causas da criação da identidade brasileira, nesta troca de conhecimentos entre soldados e as populações locais, onde as tropas levavam outras culturas que iam misturando os povos.

Na Guerra do Paraguai, onde a mortandade foi enorme, os que voltaram trouxeram essa violência impressa nas suas vidas para sempre e replicaram-na nos seus convívios. A luta abolicionista, também carregada de simbolismos, será usada para discriminar, nos anos futuros, todos os beneficiados, os militares continuaram sendo açoitados, nos campos os recém-chegados do estrangeiro, os trabalhadores europeus eram tratados quase como escravos. Podemos constatar que a violência era comumente usada como arma de dominação dos poderosos sobre aqueles mais humildes, nas cidades e nos sertões do país, onde o coronelismo se instalou desde os tempos remotos.

No período estudado, os dados não são precisos, estima-se que mais de 100 mil pessoas morreram, no Brasil, em decorrência desta violência nas revoltas regenciais e na guerra do Paraguai, após a República ainda houve a guerra em Canudos, onde morreram entre 20 mil e 25 mil sertanejos. São números bem expressivos, levando em conta uma população, em 1872 no primeiro censo, era de aproximadamente 10 milhões de pessoas e em 1900 chegando a 18 milhões. Estes números são da população geral, contando adultos e crianças, praticamente quase metade eram mulheres.

Durante suas viagens pelos “sertões” durante a década de 1920, Mário de Andrade recolheu histórias, costumes e músicas, além do deslumbramento do desconhecido país, relegado dos grandes centros. No seu livro *O turista* aprendiz ele diz;

“Não sei, quero resumir minhas impressões desta viagem litorânea por Nordeste e Norte do Brasil, não consigo bem, estou um bocado aturdido, maravilhado, mas não sei... Há uma espécie de sensação ficada da insuficiência, de sarapintação, que me estraga todo o europeu cinzento e bem arranjadinho que ainda tenho dentro de mim. Por enquanto, o que mais me parece é que tanto a natureza como a vida destes lugares foram feitos muito às pressas, com excesso de castro-alves. E esta pré-noção invencível, mas invencível, de que o Brasil, em vez de se utilizar da África e da Índia que teve em si, desperdiçou-as, enfeitando com elas apenas a sua fisionomia, suas epidermes, sambas, maracatus, trajes, cores, vocabulários, quitutes... E deixou-se ficar, por dentro, justamente naquilo que, pelo clima, pela raça, alimentação, tudo, não poderá nunca ser, mas apenas macaquear, a Europa. Nos orgulhamos de ser o único grande (grande?) país civilizado tropical... Isso é o nosso defeito, a nossa impotência. Devíamos pensar, sentir como indianos, chins, gente do Benin, de Java... Talvez então pudéssemos criar cultura e civilização próprias. Pelo menos seríamos mais nós, tenho certeza.”(ANDRADE, Mário.1929)

Pudemos ver que mesmo nas décadas iniciais do século XX, ainda se conhecia pouco da vasta e rica cultura brasileira. Um escritor renomado como Mário de Andrade, tinha mais intimidade com a Europa do que com seu país. Esse pensamento de nacionalidade foi bastante destacado pelo escritor e pelos artistas reunidos na Semana de Arte Moderna que aconteceu em 1922.

4- BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe-História da vida privada no Brasil 2,pp 30.

ANDRADE, Mário- O Turista Aprendiz. Ed. Garnier 2020.

ARARIPE, Tristão de Alencar- A Guerra Civil no Rio Grande do Sul, memórias (1881)

BEZERRA, Juliana. Guarda Nacional. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em:
[https://www.todamateria.com.br/guarda nacional/](https://www.todamateria.com.br/guarda-nacional/). Acesso em: 4 set. 2024

CALÓGERAS, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil-8. Ed.- São Paulo: Ed Nacional,. 1980.

CARVALHO, José Murilo. História do Brasil. 2019

CUNHA, Marco Antônio- A Chama da Nacionalidade. Ed. Exército. 2000

DOLHNIKOFF, Míriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCÓSÓ, István (Org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo/Ijuí: Hucitec/FAPESP/ UNIJUÍ, 2003.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Ed. Globo. 1958

FRAGOSO, Tasso. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939. Porto Alegre: Mercado Aberto

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOBBSAWN, Eric. Nações e Nacionalidade,(Editora Paz e Terra-1991)

HOLANDA,Sérgio Buarque de(História Geral da Civilização Brasileira II) 1976. Ed. Genérico.

HOLANDA,Sérgio Buarque de-(História Geral da Civilização Brasileira IV) 1978- Ed. Genérico.

LANKFORD, Sâmua Campos- Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal do Amazonas.

LEITMAN, Spencer Lewis.Negros Farrapos;hipocrisia racial no sul do Brasil no séc XIX.(2021)

LEITTMAN, Spencer Lewis. Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo na história do Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

MALLET, Katlyn- Colaboradora da Mind Miners. setembro 2022.

MOTA, Carlos Guilherme, Guerra do Paraguai; História e Polêmica. USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1995.

NAIEMER, R Carvalho. A Construção Da Nação Nos Livros Didáticos De Geografia Da Primeira República, 2015, Revista De Geografia Do Colégio Pedro II.

RICCI, Magda, professora de História da Universidade Federal do Pará (UFPA), (José Eduardo Barella/Agenda Bonifácio), publicada em 10 de agosto de 2022.

SALGADO, Guimarães. Nação e Civilização nos Trópicos-(IHGB)

SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio. São Paulo. Ed. Nacional. 1980.

SILVA, Daniel Neves. "Período Regencial"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/periodo-regencial.htm>. Acesso em 14 de março de 2024.

SCHMITT, Anderson Marcelo ⁰³<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/historia-do-para/>

VIERA, Maria Eduarda. Historiadora, Universidade Federal Fluminense.